

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

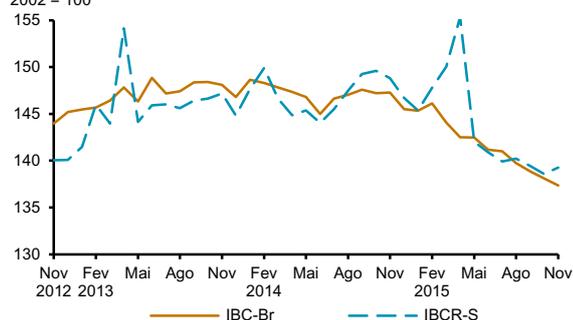
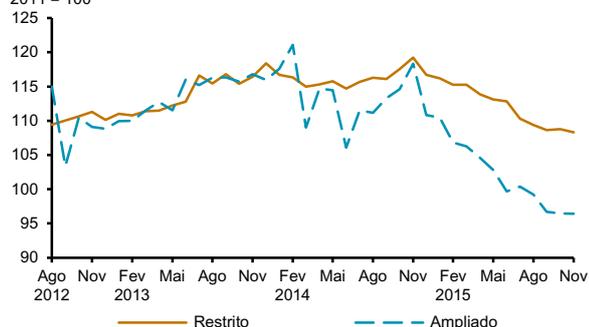


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	2015 Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,9	-2,8	-2,1	-3,3
Combustíveis e lubrificantes	4,7	-4,0	-6,2	-3,3
Hiper e supermercados	0,8	-2,9	-1,7	-2,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	-3,3	-3,3	-8,3
Móveis e eletrodomésticos	0,9	-3,7	0,2	-9,9
Comércio varejista ampliado	-0,6	-4,6	-3,2	-9,7
Automóveis e motocicletas	-5,3	-7,6	-6,7	-20,9
Material de construção	2,8	-3,6	-2,9	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os principais indicadores econômicos do Sul registram continuidade do processo de retração do nível de atividade, ressaltando-se os resultados desfavoráveis, na margem, das vendas do comércio e da atividade industrial. Nesse cenário, em que a confiança dos agentes econômicos segue em patamar reduzido e a renda real decresce, o IBCR-S recuou 0,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 5,9%, nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 1,9% em novembro (elevações de 0,2% em agosto e de 0,7% em novembro de 2014).

As vendas do comércio ampliado da região diminuíram 3,2% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando recuaram 4,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve reduções das vendas em oito das dez atividades incluídas na pesquisa (veículos, -6,7%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -6,5%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos e de material de construção, recuaram 2,1% no período (-2,8% no trimestre finalizado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 9,7% em novembro (-5,7% em agosto), com destaque para a redução de 20,9% nas de veículos. O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-6,1%), retraiu 3,3% no período (-1,1% até agosto).

As vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram, de acordo com a Fenabrave, 463,6 mil unidades em 2015, recuando 31,3% em relação a 2014 (automóveis, -29,8%; comerciais leves, -38,7%).

O volume do setor de serviços recuou 5,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual

Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

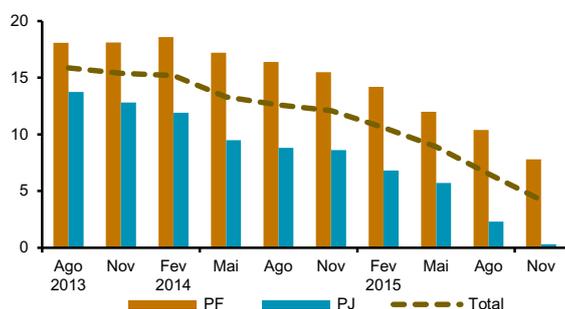
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	3,1	-3,2	-5,5	-3,7
Serviços prestados às famílias	-0,3	-5,0	-7,7	-5,1
Serviços de informação e comunicação	9,4	0,7	-1,0	1,1
Serviços profissionais e administrativos	-0,3	-2,8	-8,7	-4,1
Transportes e correios	-0,5	-6,6	-8,2	-7,9
Outros serviços	3,3	-9,6	-8,3	-6,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

período de 2014, segundo a PMS do IBGE (serviços profissionais e administrativos, -8,7%; outros serviços, -8,3%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,7% em novembro (transportes e correios, -7,9%; outros serviços, -6,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Sul totalizou R\$549,5 bilhões em novembro, aumentando 0,9% no trimestre e 4,2% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$296,6 bilhões, crescendo 1,6% e 6,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, e as efetuadas com recursos livres atingiram R\$253 bilhões, aumentando 0,1% no trimestre e 1,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$296,1 bilhões, crescendo 1,9% no trimestre e 7,8% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e rurais. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$253,5 bilhões, variando -0,2% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação. A evolução dessas operações foi condicionada, em especial, pelas reduções no saldo da indústria de transformação (principalmente de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto) e do setor de transportes (transporte rodoviário e de carga).

A inadimplência das operações de crédito da região atingiu 3,1% em novembro, elevando-se 0,3 p.p. no trimestre e 0,7 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu aumentos de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,4 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 3,0% e 3,2%.

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$29,0 bilhões em 2015 (R\$38,4 bilhões em 2014), dos quais 44,9% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

O indicador de ICF, elaborado pela CNC, atingiu 84,8 pontos no quarto trimestre de 2015 (86,1 pontos no terceiro e 129,2 pontos em igual trimestre de 2014), situando-se pelo segundo trimestre consecutivo abaixo dos 100 pontos, zona que indica insatisfação dos consumidores. A deterioração na comparação interanual refletiu, sobretudo, a redução no componente que avalia as perspectivas de consumo para os próximos três meses.

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 78,4 pontos no quarto trimestre de 2015 (81,4 pontos no terceiro e 105,1 pontos em igual intervalo de 2014), patamar 2,2 pontos inferior à média registrada para o país. O indicador

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	51,7	-68,9	-11,0	-103,6	-58,9
Indústria de transformação	-13,8	-26,4	-8,0	-57,9	-45,7
Comércio	38,6	-23,3	0,3	-21,7	8,0
Serviços	22,6	-6,5	9,9	-13,7	-11,6
Construção civil	-4,2	-13,1	-3,2	-11,0	-14,0
Agropecuária	8,0	2,1	-11,2	2,1	5,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,5	-0,4	-0,3	0,0
Outros ^{2/}	0,2	-2,2	1,5	-1,1	-0,9

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-2 275	-1 477	4 863	7 953
Governos estaduais	-1 329	-2 279	4 765	7 872
Capitais	280	118	42	62
Demais municípios	-1 227	685	56	19

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2014	Nominal		Outros ^{4/}	2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Total	83 907	-1 477	7 953	6 476	5 481	95 863
Governos estaduais	85 423	-2 279	7 872	5 593	5 079	96 094
Capitais	1 059	118	62	179	209	1 448
Demais municípios	-2 575	685	19	704	192	-1 679

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	6 660	9 919	10 829
Renegociação ^{2/}	64 542	65 822	69 284
Dívida externa	7 599	10 197	15 205
Outras dívidas junto à União	3 776	3 768	3 949
Dívida reestruturada	298	213	318
Disponibilidades líquidas	-5 742	-6 012	-3 723
Total (A)	77 135	83 907	95 863
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	750 920
(A/B) (%)	13,3	12,8	12,8

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

permaneceu em área que aponta falta de confiança (abaixo de 100 pontos) durante todo o ano, especialmente devido à avaliação das condições atuais da economia brasileira.

A economia da região eliminou, de acordo com o Caged/MTPS, 58,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (criação de 51,7 mil em igual período de 2014), com destaque para os cortes na indústria de transformação (45,7 mil postos, dos quais 11,3 mil na indústria têxtil), na construção civil (14 mil) e no setor de serviços (11,6 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$1,5 bilhão nos nove primeiros meses do ano (R\$2,3 bilhões em igual período de 2014). Houve aumento de 71,5% no *superavit* dos governos estaduais; redução de 57,9% no resultado deficitário das capitais; e reversão, de *superavit* de R\$1,2 bilhão para *deficit* de R\$685 milhões, no resultado dos demais municípios.

Os juros, apropriados por competência, somaram R\$8 bilhões no período (R\$4,9 bilhões nos nove primeiros meses de 2014), com destaque para o impacto da variação do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada junto à União, que representa a maior parcela do endividamento regional. O resultado nominal totalizou *deficit* de R\$6,5 bilhões no período (R\$2,6 bilhões entre janeiro e setembro de 2014).

Considerados dados consolidados, os governos dos três estados, das capitais e dos principais municípios do Sul acumularam *superavit* primário de R\$953 milhões em 2015 (R\$1,6 bilhão 2014). A apropriação de juros totalizou R\$12 bilhões e o *deficit* nominal, R\$11,0 bilhões (R\$7,2 bilhões e *deficit* de R\$5,6 bilhões, na ordem, em 2014). A dívida líquida dos três segmentos considerados atingiu R\$100,2 bilhões em 2015, elevando-se 19,4% em relação a 2014 e passando a representar 12,6% do endividamento de todas as regiões.

A receita de ICMS totalizou R\$62,0 bilhões nos onze primeiros meses do ano, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, e as Secretarias Estaduais da Fazenda, aumentando 1,6% em termos reais (considerado o IGP-DI como deflator), em relação a igual intervalo de 2014. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014		Dezembro de 2015			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses		
	Primário	Nominal ^{3/}	Primário	Nominal ^{3/}		
PR	17 074	624	1 843	19 115	-778	1 367
RS	58 075	-975	4 032	68 912	-511	7 627
SC	8 758	-1 248	-226	12 186	336	2 030
Total (A)	83 907	-1 599	5 649	100 214	-953	11 024
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	12,8	-14,9	8,4	12,6	8,0	12,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2014	2015	2015/2014
Grãos	72,2	71 038	75 985	7,0
Soja	43,8	29 623	34 846	17,6
Milho	12,4	24 362	24 684	1,3
Arroz (em casca)	9,1	9 489	9 926	4,6
Trigo	3,8	5 748	4 874	-15,2
Feijão	2,6	1 070	964	-9,9
Outras lavouras				
Fumo	8,4	847	856	1,1
Cana-de-açúcar	3,7	49 554	52 089	5,1
Mandioca	3,5	5 584	5 489	-1,7
Maçã	1,9	1 371	1 263	-7,8
Uva	1,4	960	1 025	6,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês ^{1/}	Trimestre ^{2/}	Acumulado
	(Dez)	(Out-Dez)	no ano ^{3/}
Soja	-1,5	8,0	5,6
Arroz (em casca)	0,8	15,6	2,6
Feijão	7,6	14,3	-3,7
Milho	1,1	15,5	7,0
Trigo	0,4	11,5	-4,3

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até dezembro em relação ao mesmo período do ano anterior.

Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apresentaram recuo real de 1,3% no período, para R\$19,3 bilhões, conforme a STN.

A safra de grãos do Sul totalizou 76 milhões de toneladas em 2015 (36,3% da produção nacional), de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 7,0% repercutiu elevações nas colheitas de soja (17,6%), arroz (4,6%) e milho (1,3%), e recuos nas de trigo (15,2%) e de feijão (9,9%). Considerando as demais culturas, destacaram-se a redução de 7,8% na produção de maçã e o aumento de 6,8% na de uva. Segundo o prognóstico de dezembro, a safra de 2016 do Sul deverá manter-se no mesmo nível de 2015, ressaltando-se as projeções de aumento de 26,5% para a produção de trigo e de recuos para as de milho (12,3%), arroz (2,8%) e soja (1,1%).

As cotações médias de milho, soja, arroz, feijão e trigo variaram 7%, 5,6%, 2,6%, -3,7%, e -4,3%, respectivamente, em 2015, em relação ao ano anterior, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR¹.

O Valor Bruto da Produção (VBP) real² das lavouras deverá crescer 2,5% em 2015, de acordo com estimativa do Mapa realizada em novembro. Destaque para as projeções de aumento de 10,5% no VBP da soja e de reduções nos do trigo (8,7%), milho (7,6%), arroz (3,4%) e feijão (2,8%).

Os abatimentos de bovinos, aves e suínos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -14,4%, -0,5% e 2,5%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, conforme o Mapa. No mesmo período, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, 19,2%, 6,3% e -5,2%, de acordo com a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações oscilaram -12,9%, 6,8% e 14,7%, respectivamente, segundo o MDIC.

O VBP real da pecuária deverá aumentar 1,0% em 2015, conforme estimativa do Mapa realizada em novembro, reflexo de variações nos relativos aos itens bovinos (7,4%), ovos (5,2%), frango (1,9%), suínos (1,7%) e leite (-7,7%).

A produção industrial do Sul recuou 3,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao

1/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/PR).

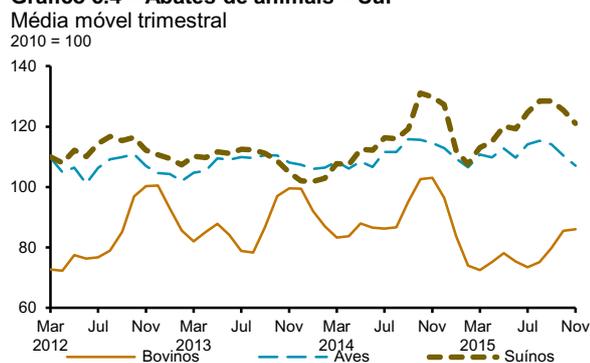
2/ Corrigido pelo IGP-DI.

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul
 Novembro de 2015

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-14,4	-12,9	19,2
Suíños	2,5	14,7	-5,2
Aves	-0,5	6,8	6,3

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.4 – Abates de animais – Sul



Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,2	-3,1	-9,0
Produtos alimentícios	19,7	0,6	-1,1	-0,9
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-7,7	-16,8	-28,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-9,2	-4,0	-18,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-4,1	7,4	-3,2
Outros produtos químicos	5,7	-3,9	-1,7	0,5
Produtos de metal	5,7	-6,3	-1,5	-7,4
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	14,4	-3,1	-2,8
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	-13,2	-1,9	-16,1

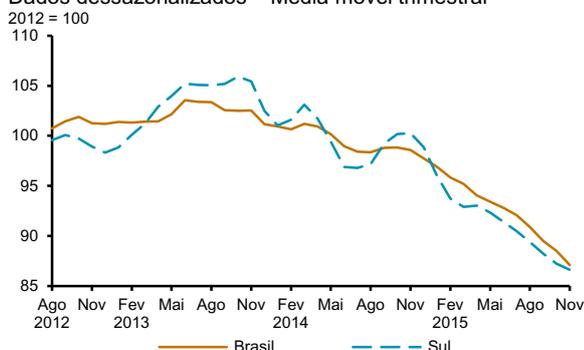
Fonte: IBGE

1 /Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

3/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010

finalizado em agosto, quando decrescera 3,2% nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se a retração de 16,8% na produção de veículos, reboques e carrocerias, e o aumento de 7,4% na de derivados de petróleo e biocombustíveis.

A análise em doze meses mostra que a produção industrial do Sul contraiu 9,0% em novembro (-6,6% até agosto), repercutindo recuos em quinze das dezoito atividades pesquisadas (veículos, -28,6%; metalurgia, -21,7%; máquinas e equipamentos, -18,0%).

O Icei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 35,0 pontos no quarto trimestre de 2015 (35,5 pontos no terceiro e 43,4 pontos em igual período de 2014). O indicador manteve-se na zona indicativa de reduzida confiança dos empresários (abaixo de 50 pontos) pelo sétimo trimestre consecutivo.

O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação do Sul, divulgado na Sondagem Industrial da CNI, totalizou 56,2 pontos no trimestre finalizado em novembro (53,9 pontos em igual período de 2014). Valores acima de 50 pontos indicam percepção de estoques em excesso.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul³ atingiu 75,8% no trimestre finalizado em novembro (76,6% no encerrado em agosto), considerados dados dessazonalizados.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 19,4 mil unidades em 2015, segundo a Fenabrave, recuando 53,0% em relação a 2014.

A balança comercial do Sul apresentou *superavit* de US\$5 bilhões em 2015 (*deficit* de US\$4,2 bilhões em 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$40,1 bilhões e as importações, US\$35,1 bilhões, reduzindo-se 9,0% e 27,3%, respectivamente, no ano.

A trajetória das exportações repercutiu variações de 10,6% no *quantum* e de -17,7% nos preços. Os embarques de produtos básicos (50,8% do total) recuaram 8,8% (carne de suíno, -12,7%; fumo, -12,5%; soja, -9,6%); os de manufaturados, 9,6% (partes de motores para veículos, -16,6%; polímeros de etileno, -4,3%); e os de

Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul

Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	44 015	40 071	-9,0	-15,1
Básicos	22 294	20 339	-8,8	-20,4
Industrializados	21 721	19 732	-9,2	-10,0
Semimanufaturados	3 474	3 242	-6,7	-9,0
Manufaturados ^{1/}	18 247	16 491	-9,6	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por categoria de uso – FOB

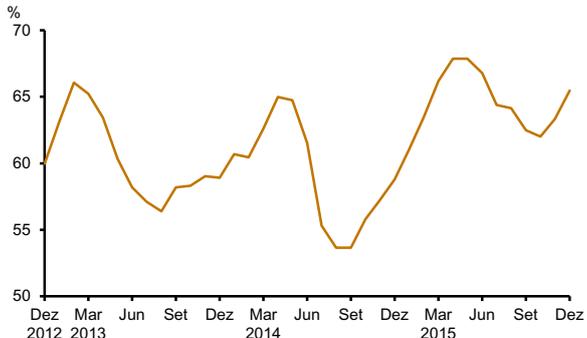
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	48 263	35 084	-27,3	-25,2
Bens de capital	9 137	7 053	-22,8	-21,2
Matérias-primas	25 351	18 886	-25,5	-21,2
Bens de consumo	8 778	6 470	-26,3	-20,6
Duráveis	4 653	3 075	-33,9	-26,7
Não duráveis	4 124	3 394	-17,7	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	4 997	2 674	-46,5	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul

Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

semimanufaturados, 6,7% (couros e peles, -23,8%; açúcar de cana, -18,9%). China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 36,4% das vendas externas da região do ano, destacando-se a retração anual de 9,0% nas vendas externas para os EUA.

A retração das importações refletiu decréscimos de 16,6% na quantidade e de 12,9% nos preços. Houve reduções nas compras em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários (53,8% do total), -25,5% (partes e peças para veículos, -27,3%; adubos e fertilizantes, -25,3%; naftas, -44,7%); bens de capital, -22,8% (veículos de carga, -32,6%); bens de consumo, -26,3% (automóveis, -46,6%); combustíveis, -46,5%. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 42,8% das compras da região no ano, ressaltando-se o recuo anual de 32,2% nas importações oriundas da Argentina.

O IPCA do Sul⁴ variou 2,74% no quarto trimestre de 2015 (1,78% no terceiro). Houve acelerações nos preços livres, de 1,56% para 2,64%, e nos monitorados, de 2,49% para 3,06% (gasolina, 10,24%).

A trajetória dos preços livres repercutiu os aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,92% para 2,73% (etanol, 25,92%; carnes, 4,19%; vestuário, 3,02%) e dos não comercializáveis, de 1,22% para 2,55% (frutas, 15,88%; alimentação fora do domicílio, 3,12%).

O índice de difusão atingiu 65,5% no quarto trimestre de 2015 (62,5% no terceiro e 58,8% no quarto trimestre de 2014).

O IPCA da região variou 11,87% em 2015, ante 6,72% em 2014, evolução decorrente, em especial, da aceleração, de 6,14% para 19,80%, dos preços monitorados (energia elétrica residencial, 60,92%; gasolina, 21,28%). Os preços livres aumentaram 9,58% no ano (6,89% em 2014), ocorrendo aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 5,39% para 10,24% (carnes, 17,39%; vestuário, 6,0%), e dos não comercializáveis, de 8,34% para 8,97% (alimentação fora do domicílio, 10,16%).

A economia da região deverá seguir repercutindo, nos próximos meses, os impactos do ajuste macroeconômico e do declínio da confiança de consumidores e empresários. Nesse contexto, ganham relevância as perspectivas de que

4/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	4,13	2,73	1,78	2,74
Livres	75,9	2,62	2,44	1,56	2,64
Comercializáveis	37,0	2,43	2,79	1,92	2,73
Não comercializáveis	39,0	2,80	2,12	1,22	2,55
Monitorados	24,1	9,39	3,69	2,49	3,06
Principais itens					
Alimentação	25,2	3,97	3,02	1,99	4,20
Habitação	16,1	10,74	3,16	4,11	1,55
Artigos de residência	4,6	1,15	2,94	2,43	1,21
Vestuário	6,6	-0,09	3,04	-0,06	3,02
Transportes	18,8	4,51	1,22	0,93	3,89
Saúde	11,1	1,68	4,57	1,29	1,77
Despesas pessoais	10,2	2,54	3,62	1,28	1,55
Educação	3,8	6,27	0,24	1,47	0,74
Comunicação	3,6	-1,32	0,85	0,37	2,15

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

as trajetórias da atividade agrícola e das exportações, que deverão ser favorecidas pela depreciação do real, mitiguem essa dinâmica restritiva projetada para a atividade da economia do Sul no curto prazo.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados

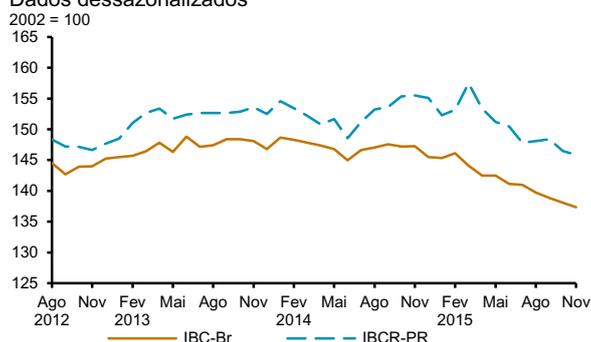
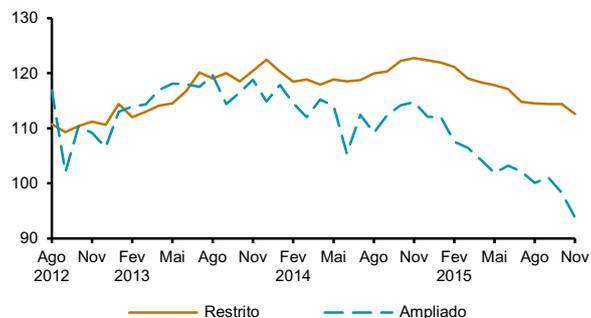


Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	-2,5	-1,4	-2,0
Combustíveis e lubrificantes	5,2	-2,2	-7,1	-1,5
Hiper e supermercados	3,2	-1,4	0,7	-0,1
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-1,6	-5,1	-9,8
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	-5,5	0,4	-10,0
Comércio ampliado	-3,0	-2,3	-4,0	-8,4
Automóveis e motocicletas	-10,5	-3,3	-5,1	-18,4
Material de construção	-3,3	-2,7	-7,0	-8,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná recuou 4,1% no terceiro trimestre e 1,9% nos três primeiros trimestres de 2015, em relação a iguais intervalos de 2014, de acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades). A evolução mais recente de indicadores importantes da atividade econômica paranaense, relacionados em especial ao comércio e à indústria, evidencia a persistência do processo de retração da economia do estado. Nesse contexto, o IBCR-PR recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia retraído 3,4%, no mesmo tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador diminuiu 1,0% em novembro (0,6% em agosto).

As vendas do comércio ampliado recuaram 4,0% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando diminuíram 2,3%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em sete dos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -7,4%; material de construção, -7,0%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos (-5,1%) e de material de construção, recuou 1,4% no período (-2,5% no trimestre até agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 8,4% em novembro de 2015 (-5,3% em agosto), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (veículos, motos, partes e peças, -18,4%; livros, jornais, revistas e papelaria, -13,0%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos e de material de construção (-8,9%), o comércio varejista retraiu 2,0% em novembro (estabilidade em agosto).

As vendas de automóveis e veículos comerciais aumentaram 7,0% no trimestre encerrado em dezembro de 2015, em relação ao finalizado em setembro, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabrave e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

O volume do setor de serviços do Paraná reduziu 3,3% no trimestre finalizado em novembro de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS, do IBGE (serviços prestados às famílias, -6,6%; serviços de informação e comunicação, -3,7%). Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,1% em novembro de

Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-0,2	-4,1	-3,3	-4,1
Serviços prestados às famílias	-7,2	-4,4	-6,6	-5,1
Serviços de informação e comunicação	2,9	-2,3	-3,7	-2,1
Serviços profissionais e administrativos	1,4	-1,1	-2,7	-0,6
Transportes e correio	-1,7	-5,8	-2,9	-6,4
Outros serviços	-7,9	-11,7	-1,0	-7,7

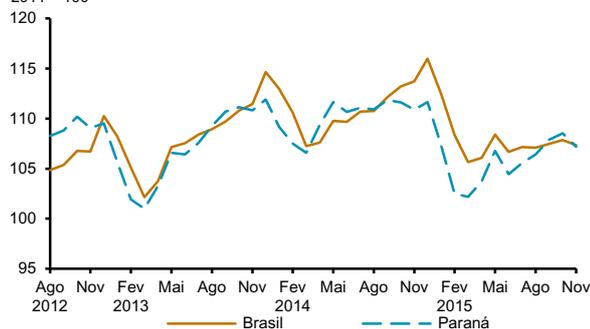
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.10 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

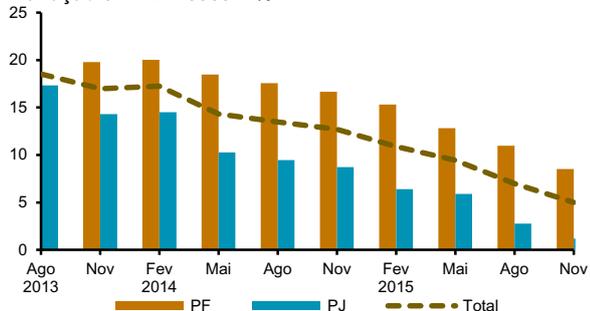
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	16,0	-33,9	6,8	-29,4	-24,7
Indústria de transformação	-0,9	-12,6	-2,4	-17,2	-14,8
Comércio	12,3	-9,3	2,6	-7,2	1,6
Serviços	7,1	-4,3	4,2	-2,2	-4,5
Construção civil	-2,2	-4,9	-0,7	-4,1	-6,2
Agropecuária	-0,3	-2,9	2,8	1,6	-0,8
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,0	-0,1	-0,2	0,0
Outros ^{2/}	0,1	0,2	0,3	-0,2	-0,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

2015 (-3,3% em agosto), com destaque para a retração de 7,7% no segmento outros serviços.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$209,7 bilhões em novembro, elevando-se 1,0% no trimestre e 5,0% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$115,4 bilhões, aumentando 1,5% e 8,0%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$94,3 bilhões, variando 0,3% no trimestre e 1,5% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas totalizou R\$112,8 bilhões, aumentando 1,9% no trimestre e 8,5% em doze meses, com destaque para as modalidades cartão de crédito financiado e financiamentos imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$96,9 bilhões, registrando estabilidade e aumento de 1,2%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações nas modalidades financiamentos à exportação e financiamentos rurais.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 3,29% em novembro, aumentando 0,49 p.p. no trimestre e 0,91 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu elevações de 0,23 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 3,15%, e de 0,79 p.p. no de pessoas jurídicas, para 3,15%.

A economia paranaense eliminou, de acordo com o Caged/MTPS, 24,7 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em novembro (criação de 16 mil em igual período de 2014), dos quais 14,8 mil na indústria de transformação, 6,2 mil na construção civil e 4,5 mil no setor de serviços. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), houve redução de 11,4 mil empregos formais no trimestre, dos quais 5,5 mil na indústria de transformação, 3,7 mil no setor de serviços e 2,9 mil na construção civil.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$762 milhões nos nove primeiros meses de 2015. O aumento de 464,0% em relação ao mesmo período do ano anterior refletiu, em especial, a reversão de *deficit* de R\$590 milhões, para *superavit* de R\$632 milhões, no resultado do governo do estado.

A arrecadação do ICMS no Paraná totalizou R\$22,7 bilhões nos onze primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe, com aumento real de 8,5% em relação a igual período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do Paraná	209	-762	794	1 374
Governo estadual	590	-632	733	1 325
Capital	209	-142	14	24
Demais municípios	-590	13	47	25

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2014	Nominal		Outros ^{3/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Set	
Estado do Paraná	17 074	-762	1 374	612	699	18 384
Governo estadual	17 767	-632	1 325	693	552	19 012
Capital	507	-142	24	-119	157	545
Demais municípios	-1 201	13	25	38	-10	-1 173

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Variação %
		Produção ^{2/}		2015/2014	
		2014	2015		
Grãos ^{3/}	76,2	35 900	37 621	4,8	
Soja	48,4	14 913	17 145	15,0	
Milho	16,7	15 823	15 974	1,0	
Trigo	6,0	3 816	3 333	-12,7	
Feijão	4,2	814	729	-10,4	
Outras lavouras					
Cana-de-açúcar	7,7	47 948	51 255	6,9	
Mandioca	3,6	3 959	3 917	-1,0	
Fumo	3,5	176	185	4,7	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, somaram R\$7,7 bilhões nos onze primeiros meses do ano, de acordo com a STN, com variação real de -1,4%, em relação a igual período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,4 bilhão no período (R\$794 milhões nos nove primeiros meses de 2014), e o resultado nominal foi deficitário em R\$612 milhões (*deficit* de R\$1 bilhão em igual período de 2014).

A dívida líquida atingiu R\$18,4 bilhões em setembro de 2015, aumentando 7,7% em relação a dezembro de 2014.

A safra de grãos do Paraná totalizou 37,6 milhões de toneladas em 2015 (18,0% da produção do país) de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 4,8% refletiu elevações nas produções de soja (15,0%) e de milho (1,0%), impulsionadas por aumentos respectivos de 10,6% e 5,8% na produtividade; e retrações nas colheitas de trigo (12,7%), afetada pelo impacto do excesso de chuvas sobre a produtividade, que recuou 9,5% no ano; e de feijão (10,4%), impactada por diminuição de 20,3% na área cultivada.

Projeção da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em dezembro, indica que a área cultivada e a produção de soja no estado deverão crescer 3,0% e 7,0%, respectivamente, na safra de 2016. Para a cultura do milho, estão projetadas variações respectivas de -21,0% e 5,0% nas áreas plantadas na primeira e na segunda safras, que deverão variar, na ordem, -21,0% e 3,0% no ano. As áreas cultivadas de feijão primeira e segunda safras deverão registrar recuos respectivos de 6,0% e 4,0% em 2016, e as respectivas produções, aumentos de 1,0%.

O quarto levantamento da intenção de plantio, divulgado pela Conab em janeiro, estima aumento anual de 1,2% para a safra de grãos do Paraná em 2016, destacando-se as projeções de aumentos respectivos de 7,3% e 11,5% para as colheitas de soja e feijão, e de recuo de 5,6% para a de milho.

Os abatimentos de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 1,0%, 12,9% e -15,7%, respectivamente, nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2014, representando,

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná

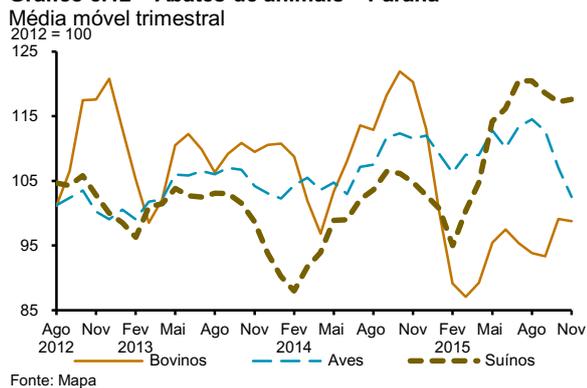


Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná

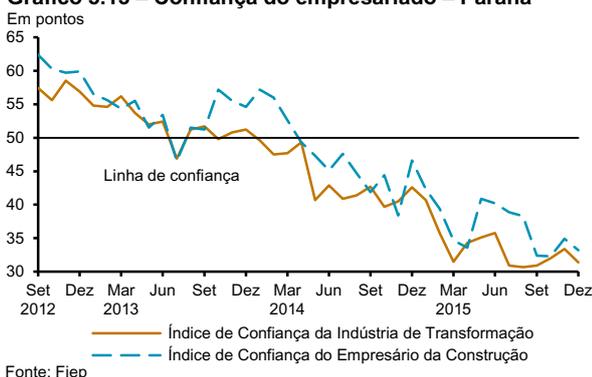


Gráfico 5.14 – Produção industrial – Paraná



Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,8	-3,6	-8,2
Produtos alimentícios	22,7	0,0	-5,0	-2,5
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-4,8	7,0	-3,4
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-4,6	-22,0	-30,2
Máquinas e equipamentos	6,7	-13,4	-7,9	-8,8
Celulose e prod. papel	5,5	5,3	-4,7	8,3
Outros produtos químicos	4,7	-5,0	-8,0	0,2

Fonte: IBGE

^{1/} Ponderação de atividades no VT1 conforme a PIA 2010/IBGE.

^{2/} Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

na ordem, 31,3%, 21,9% e 3,6% dos abates realizados no país. De acordo com a Seab/PR, os preços médios recebidos pelos produtores no estado, no mesmo período, variaram 3,7%, -3,1% e 19,3%, respectivamente, em relação a igual período em 2014.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 31,4 pontos em dezembro (30,9 pontos em setembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo quarto mês consecutivo. O Índice de Condições Atuais (ICA) e o Índice de Expectativas (IE) aumentaram 0,2 ponto e 0,7 ponto, respectivamente, para 25,4 pontos e 34,5 pontos, no período.

O Índice de Confiança do Empresário da Construção (Icec-PR) situou-se em 33,2 pontos em dezembro (32,4 pontos em setembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo primeiro mês consecutivo. O ICA aumentou 3,1 pontos, para 28,7 pontos, e o IE recuou 0,5 ponto, para 35,4 pontos, no período.

A análise da confiança empresarial reforça os indícios de retração para a atividade industrial no estado. Nesse sentido, a Pesquisa de Sondagem Industrial, realizada anualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) – na qual a resposta de cada empresa possui o mesmo peso – mostra que 32,9% dos empresários industriais paranaenses têm expectativas favoráveis para 2016, menor nível desde 1996.

A produção da indústria paranaense recuou 3,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando diminuiu 3,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em dez das treze atividades pesquisadas (veículos automotores, reboques e carrocerias, -22,0%; outros produtos químicos, -8,0%, máquinas e equipamentos, -7,9%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 8,2% em novembro (6,7% em agosto), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (30,2%), máquinas e equipamentos (8,8%) e coque, produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis (3,4%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 5,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando diminuíram 0,3%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da

Fiep. Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as reduções em produtos químicos (15,3%), fabricação e montagem de veículos automotores (12,3%) e máquinas e equipamentos (12,0%). O número de horas trabalhadas e o pessoal empregado na indústria aumentaram 5,6% e 1,6%, respectivamente, no trimestre, período em que o Nuci atingiu média de 71,0% (70,6% no trimestre finalizado em agosto).

A análise em doze meses indica que as vendas reais recuaram 7,4% em novembro, em relação a igual período de 2014, ante retração de 5,6% em agosto (veículos automotores, -19,9%; máquinas e equipamentos, -18,5%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, -13,9%).

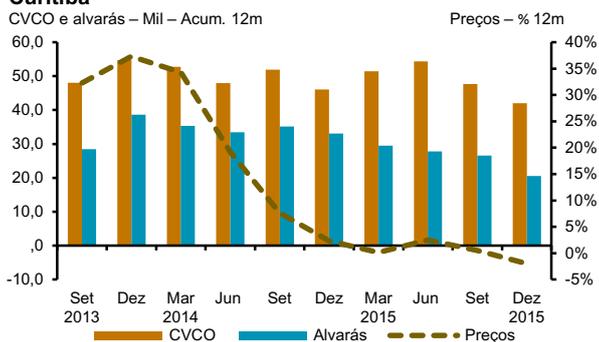
As vendas de caminhões e ônibus no Paraná diminuíram 5,2% no trimestre encerrado em dezembro de 2015, em relação ao finalizado em setembro, e 55,6% em relação a igual período de 2014, de acordo com a Fenabrave-PR e o Sincodiv PR.

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 6,5 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no quarto trimestre de 2015 (recuos respectivos de 29,1% e 47,1% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2014); e concedeu 4,6 mil alvarás de construção imobiliária (reduções respectivas de 38,3% e 57,0%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba, repercutindo o ambiente recessivo observado na economia do estado, recuaram 0,2% em 2015, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,5 bilhões em 2015, ante *deficit* de US\$964 milhões em 2014, reflexo de reduções de 8,7% nas exportações e de 28,0% nas importações, que somaram US\$14,9 bilhões e US\$12,4 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações, repercutindo variações de 9,0% no *quantum* e -16,3% nos preços, refletiu recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado: produtos básicos, 7,9% (soja mesmo triturada, -10,0%); manufaturados, 7,7% (automóveis de passageiros, -9,0%); semimanufaturados, 15,4% (açúcar em bruto, -18,9%). As exportações para China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 33,6% dos embarques do estado em 2015, destacando-se o aumento de 33,5% nas vendas de frango para a China e a redução de 8,7% nas de automóveis para a Argentina.

Gráfico 5.15 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba



Fonte: PMC e Fipe.

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	16 332	14 909	-8,7	-15,1
Básicos	8 304	7 650	-7,9	-20,4
Industrializados	8 028	7 259	-9,6	-10,0
Semimanufaturados	1 956	1 656	-15,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	6 072	5 604	-7,7	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	17 296	12 449	-28,0	-25,2
Bens de capital	3 443	2 636	-23,4	-21,2
Matérias-primas	9 778	7 090	-27,5	-21,2
Bens de consumo	2 503	1 750	-30,1	-20,6
Duráveis	1 647	1 132	-31,3	-26,7
Não duráveis	855	618	-27,7	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	1 572	973	-38,1	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,66	1,91	2,89	12,58
Livres	76,4	6,84	1,42	2,96	9,84
Comercializáveis	36,8	4,84	2,12	3,46	11,31
Não comercializáveis	39,6	8,70	0,78	2,50	8,53
Monitorados	23,6	6,06	3,56	2,66	22,55
Principais itens					
Alimentação	23,7	8,92	1,51	4,04	13,87
Habitação	17,7	11,44	5,65	1,28	23,24
Artigos de residência	4,4	4,28	2,00	1,70	8,07
Vestuário	7,0	2,01	1,06	2,99	7,95
Transportes	19,3	2,75	0,86	4,51	10,23
Saúde	11,2	7,67	0,52	1,86	10,09
Despesas pessoais	9,8	8,30	1,23	2,56	9,99
Educação	3,3	8,74	1,32	1,09	9,89
Comunicação	3,5	-1,38	0,56	1,78	2,91

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

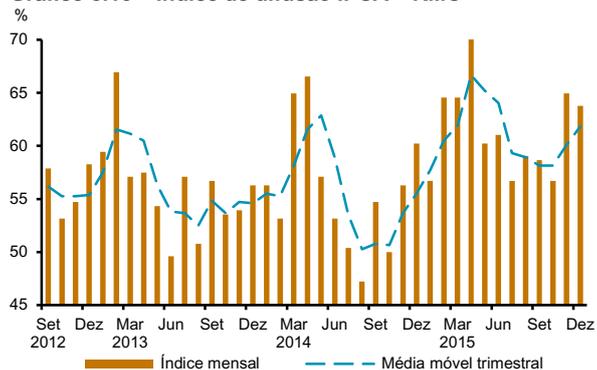
A retração das importações, consistente com a perda de dinamismo da economia do estado, repercutiu reduções de 12,2% nos preços e de 18,0% no *quantum*. Ocorreram recuos em todas as categorias de uso, com destaque para os registrados nas aquisições de bens de capital, 23,4% (veículos de carga, -30,8%) e de matérias-primas, 27,5% (partes e peças para veículos, -33,0%). As importações provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 38,1% das compras externas do estado em 2015, destacando-se as reduções nas aquisições de adubos ou fertilizantes da China (39,1%), de veículos de carga da Argentina (30,7%) e de adubos ou fertilizantes dos Estados Unidos (35,8%).

O IPCA da RMC variou 2,89% no quarto trimestre de 2015 (1,91% no terceiro trimestre), refletindo aceleração dos preços livres, de 1,42% para 2,96%, e desaceleração dos monitorados, de 3,56% para 2,66%. Destaque para os impactos das variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (0,95 p.p.) e transportes (0,86 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,12% para 3,46% (etanol, 25,44%; açúcar cristal, 25,95%; óleo de soja, 14,65%; contrafile, 12,62%); e dos não comercializáveis, de 0,78% para 2,50% (passagem aérea, 33,71%; excursão, 17,27%; conserto de automóvel, 4,52%). A redução na inflação dos bens monitorados, apesar do aumento de 10,90% no preço da gasolina, repercutiu, em especial, o menor impacto das variações de preços dos itens gás de botijão, taxa de água e esgoto, e energia elétrica residencial, que variaram 4,24%, 0,94% e -0,60% no trimestre (12,82%, 7,70% e 11,21%, respectivamente, no trimestre anterior). O índice de difusão atingiu média de 61,8% no trimestre encerrado em dezembro (58,1% no finalizado em setembro).

O IPCA da RMC variou 12,58% em 2015, ante 6,66% em 2014, evolução decorrente de acelerações dos preços livres, de 6,84% para 9,84%, e dos monitorados, de 6,06% para 22,55% (energia elétrica residencial, 69,22%; jogos de azar, 47,50%; gás de botijão, 29,15%; gasolina, 21,63%; taxa de água e esgoto, 21,49%). A evolução dos preços livres repercutiu aceleração, de 4,84% para 11,31%, nos preços dos bens comercializáveis, e desaceleração, de 8,70% para 8,53%, na dos não comercializáveis. A elevação nos preços de serviços atingiu 8,53% em 2015 (9,55% em 2014), ressaltando-se os aumentos nos itens empregado doméstico (8,87%), refeição (8,76%) e aluguel residencial (7,35%).

Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC



Fonte: IBGE

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres seguem condicionadas pelos efeitos do reduzido nível de confiança dos empresários e do menor dinamismo do consumo interno. Os impactos desfavoráveis desse contexto sobre a atividade econômica tendem a ser mitigados pelas perspectivas de continuidade da expansão na produção agrícola estadual e pelos efeitos decorrentes da evolução taxa de câmbio, que tendem a se traduzir em diversificação de mercados externos e em substituição de importações.

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Setembro de 2015

Discriminação	Var. %	
	III trim. 2015 / III trim. 2014	Acum. 4 trim.
PIB	-3,4	-1,7
Impostos	-7,4	-4,5
VAB	-2,8	-1,3
Agropecuária	18,4	8,9
Indústria	-9,4	-7,3
Serviços	-2,3	-0,9

Fonte: FEE

Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

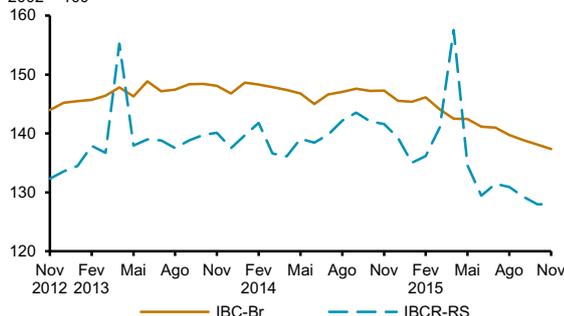
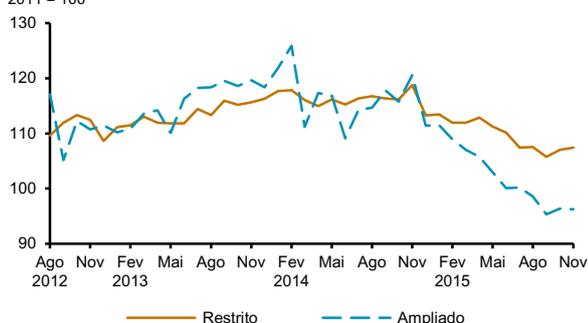


Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014	2015		
		Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}
Comércio varejista	2,3	-3,3	-1,5	-5,5
Combustíveis e lubrificantes	5,5	-6,9	-4,8	-7,3
Hiper e supermercados	1,5	-1,9	-1,4	-3,8
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	-9,6	-2,9	-11,6
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-5,4	-0,7	-13,4
Comércio varejista ampliado	0,3	-5,3	-3,6	-11,7
Automóveis e motocicletas	-4,6	-11,6	-10,7	-24,6
Material de construção	4,2	-3,5	-0,7	-6,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio Grande do Sul

O PIB do Rio Grande do Sul recuou 3,4% no terceiro trimestre de 2015, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Essa evolução repercutiu reduções respectivas de 9,4% e 2,3% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria e do setor de serviços, e aumento de 18,4% no da agropecuária. O PIB decresceu 1,7% no período de doze meses encerrado em setembro.

Estatísticas mais recentes evidenciam a continuidade do processo de retração da atividade econômica no estado. Nesse contexto, o IBCR-RS recuou 1,7% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando contraíra 9,6%, nesse tipo de análise, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,8% em novembro (aumento de 0,1% em agosto).

As vendas do comércio ampliado do estado recuaram 3,6% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decresceram 5,3%, neste tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as retrações nas vendas de veículos, motos, partes e peças (10,7%) e de combustíveis e lubrificantes (4,8%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-0,7%), decresceu 1,5% no período (-3,3% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 11,7% em novembro (-7,2% em agosto), resultado decorrente de recuos em nove das dez atividades pesquisadas (veículos, -24,6%; móveis e eletrodomésticos, -13,4%). As vendas do comércio varejista diminuíram 5,5% e 2,9%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado totalizou 151,1 mil unidades em 2015, segundo a Fenabreve, recuando 31,5% em relação a 2014 (-25,6% no país).

O volume do setor de serviços recuou 6,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, -15,1%; serviços profissionais, administrativos e complementares, -11,7%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,9% em novembro (transportes e

Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

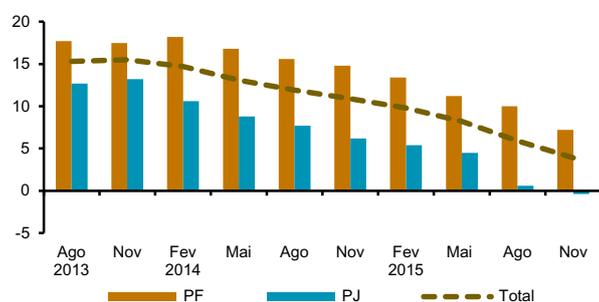
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	1,7	-3,0	-6,5	-3,9
Serviços prestados às famílias	0,6	-7,2	-11,2	-7,3
Serviços de informação e comunicação	10,2	1,9	1,4	3,0
Serviços profissionais e administrativos	-7,0	-2,6	-11,7	-5,9
Transportes e correios	-2,2	-7,5	-11,1	-9,7
Outros serviços	4,4	-9,3	-15,1	-6,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	15,2	-25,0	-10,9	-44,6	-18,9
Indústria de transformação	-11,2	-9,3	-2,6	-24,1	-18,1
Comércio	14,5	-7,9	-0,8	-9,1	3,6
Serviços	7,5	-3,7	1,9	-6,9	-4,6
Construção civil	-0,4	-5,9	-2,5	-4,6	-3,3
Agropecuária	5,0	2,2	-7,1	0,4	3,8
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,2	-0,2	-0,1	0,0
Outros ^{2/}	-0,1	-0,7	0,5	-0,1	-0,2

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

correios; -9,7%; serviços prestados às famílias, -7,3%) e 1,7% em agosto.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no estado totalizou R\$197,9 bilhões em novembro, crescendo 1,0% no trimestre e 3,9% em doze meses. As operações com recursos direcionados atingiram R\$106,6 bilhões, com aumentos respectivos de 2,0% e 5,9%, e as realizadas com recursos livres somaram R\$91,3 bilhões, variando -0,1% no trimestre e 1,6% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$115,5 bilhões, aumentando 1,8% no trimestre e 7,2% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos rurais e imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$82,4 bilhões, com recuos respectivos de 0,1% e 0,4%, nas mesmas bases de comparação, destacando-se, no trimestre, o impacto da redução no saldo das operações da indústria de transformação, em especial, na atividade alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto, mitigado pela elevação do saldo dos empréstimos no segmento outros serviços (saúde e assistência social).

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,3% em novembro, aumentando 0,2 p.p. no trimestre e 0,6 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu acréscimos de 0,3 p.p., para 3,0%, no segmento de pessoas físicas, e de 0,1 p.p., para 3,6%, no de pessoas jurídicas.

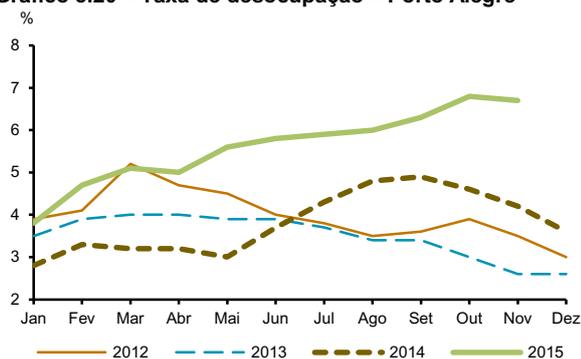
O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), situou-se em 77,9 pontos no quarto trimestre de 2015, ante 81,4 pontos no terceiro e 104,3 pontos em igual período de 2014. O recuo repercutiu, sobretudo, a evolução do componente condições atuais da economia brasileira.

O índice ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 70,8 pontos no quarto trimestre (75,9 pontos no terceiro trimestre de 2015 e 123,9 pontos no quarto de 2014). Os consumidores com renda de até dez salários mínimos mostraram-se mais pessimistas.

O percentual de famílias endividadas¹ atingiu, em média, 65,6% no quarto trimestre de 2015 (59,3% em igual período de 2014), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da

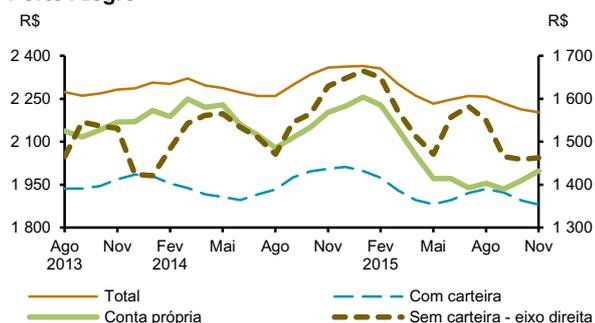
4/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de novembro de 2015, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
RS	-1 971	-868	3 381	5 502
Governo estadual	-1 765	-903	3 356	5 496
Capital	53	85	28	37
Demais municípios	-259	-50	-4	-30

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2014	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
RS	58 075	-868	5 502	4 634	3 401	66 110
Governo estadual	57 994	-903	5 496	4 592	3 181	65 768
Capital	398	85	37	122	84	603
Demais municípios	-317	-50	-30	-80	136	-261

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso que não deverão ser pagas nos próximos trinta dias aumentou de 6,2% para 11,4%, no período.

O mercado de trabalho do estado registrou corte de 18,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (geração de 15,2 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS, dos quais 18,1 mil na indústria de transformação (4,6 mil na indústria de calçados e 3,9 mil na de borracha, fumo e couro). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal decresceu 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuou 1,0%, neste tipo de comparação, destacando-se as retrações na indústria de transformação (2,1%) e na construção civil (2,6%).

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 6,6% no trimestre encerrado em novembro (4,6% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, refletindo recuos de 3,4% na população ocupada e de 1,3% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego situou-se em 6,5% no período, enquanto o rendimento médio real habitual e a massa salarial real recuaram 2,4% e 3,1%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$868 milhões nos nove primeiros meses de 2015 (R\$2 bilhões em igual período de 2014), com destaque para a redução, de R\$1,8 bilhão em 2014 para R\$900 milhões em 2015, no *superavit* do governo estadual. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$5,5 bilhões e o resultado nominal foi deficitário em R\$4,6 bilhões (R\$3,4 bilhões e *deficit* de R\$1,4 bilhão, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A arrecadação de ICMS totalizou R\$22,3 bilhões nos onze primeiros meses do ano, segundo a Cotepe do Ministério da Fazenda. A arrecadação real, considerado o IGP-DI como deflator, variou 0,5% no período de doze meses encerrado em novembro.

As transferências da União para o estado somaram R\$7,5 bilhões nos onze primeiros meses de 2015 e R\$8,5 bilhões no intervalo de doze meses até novembro, de acordo com a STN. Os recuos reais de 1,0% e 0,7% registrados nessas bases de comparação, considerado o IGP-DI como deflator, refletiram, em parte, a interrupção de transferências decorrente do atraso no pagamento de parcela da dívida do estado com a União.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

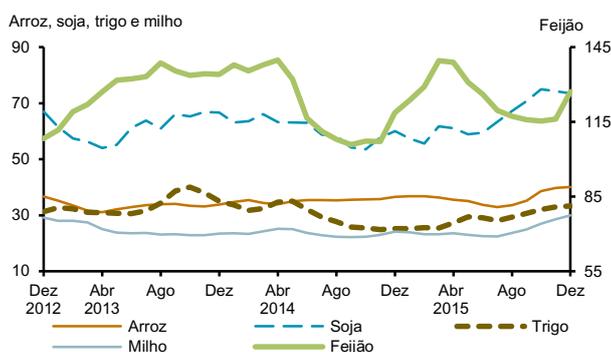
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2015/2014
		Produção ^{2/}		
		2014	2015	
Grãos	74,4	28 799	31 894	10,7
Soja	45,3	13 042	15 700	20,4
Arroz	18,5	8 242	8 679	5,3
Milho	7,1	5 390	5 634	4,5
Trigo	2,2	1 671	1 392	-16,7
Feijão	0,8	111	96	-13,6
Outras lavouras				
Fumo	9,8	413	415	0,5
Mandioca	3,7	1 181	1 150	-2,6
Uva	2,3	813	876	7,9
Maçã	2,2	690	599	-13,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)

Fonte: Emater

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Novembro de 2015

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	-14,2	-4,8	18,8
Suínos	-2,0	19,8	2,6
Aves ^{2/}	1,8	0,9	6,6
Leite ^{3/}	0,6	-	-5,8

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até setembro/2015. Preços até novembro/2015.

A safra de grãos do Rio Grande do Sul atingiu o recorde de 31,9 milhões de toneladas em 2015 (15,2% da produção nacional), de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 10,7% reflete, em especial, o impacto dos aumentos nas colheitas de soja (20,4%); milho (4,5%), com destaque para a elevação de 11,9% na produtividade; e de arroz (5,3%), mitigado pelas retrações nas safras de trigo⁶ (16,7%) e de feijão (13,6%), essa influenciada pela migração para a cultura de soja. Dentre as demais culturas, destacam-se as variações nas colheitas de maçã (-13,3%) e uva (7,9%). Prognóstico divulgado pelo IBGE em dezembro indica que as safras de soja, arroz e milho deverão apresentar variações anuais respectivas de 3,4%, -2,8% e -14,6% em 2016.

As cotações médias de milho, arroz, trigo, soja e feijão variaram, na ordem, 20,5%, 16,4%, 11,6%, 10,6%, e 1,7% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, segundo a Emater/RS. Essas cotações registraram variações anuais respectivas de 5,0%, 2,6%, -2,6%, 7,4% e 2,9%, em 2015.

O VBP real da lavoura do estado, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 4,8% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em novembro. Estão previstas elevações para os VBP da soja (14,0%) e milho (1,5%), e recuos para os do feijão (11,9%), arroz (2,9%) e trigo (1,5%).

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -14,2%, -2% e 1,8%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 2,6%, 21,5% e 14,2% dos abates no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os respectivos preços médios aumentaram, na ordem, 18,8%, 2,6% e 6,6%, conforme a Emater/RS e o Cepea/USP. As quantidades exportadas de carnes bovina, suína e de aves variaram, de acordo com o MDIC, -4,8%, 19,8% e 0,9%, respectivamente, no período.

A produção gaúcha de leite (14,6%, em média, do total nacional), aumentou 0,6% nos nove primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o IBGE. O preço do produto recuou 5,8% nos onze primeiros meses do ano, segundo a Emater/RS.

6/ Apesar das estimativas positivas anteriores para o ano, a produção de trigo foi fortemente afetada pelo excesso de chuvas durante a fase final do ciclo das lavouras, tendo sido o segundo ano consecutivo que o Estado registra essa ocorrência.

Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

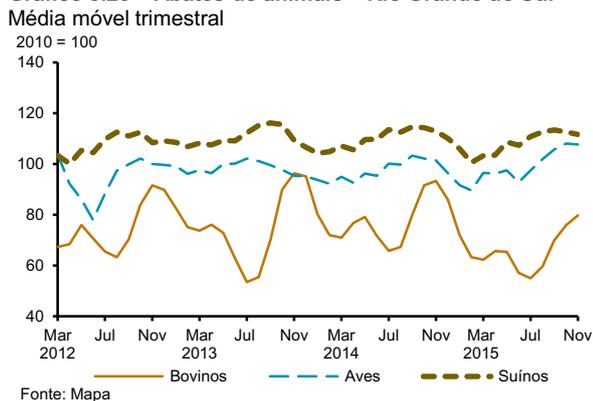


Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

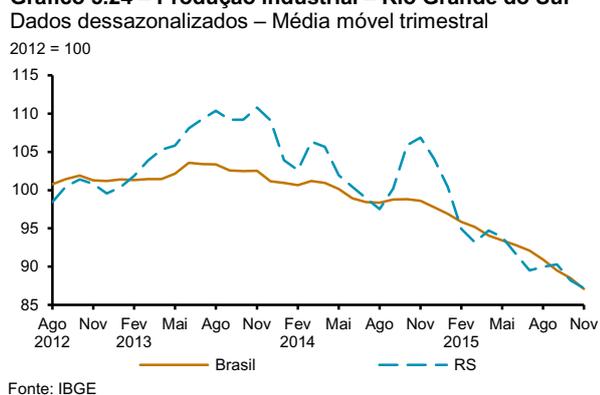


Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,5	-2,5	-11,0
Produtos alimentícios	16,4	3,5	-0,4	-0,2
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-23,2	-12,3	-30,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-8,2	-5,6	-25,1
Outros produtos químicos	10,3	-0,2	1,4	0,6
Artef. couro e calçados	8,9	-1,8	-6,2	-5,1
Produtos de metal	8,5	-5,7	-0,2	-8,1
Produtos de borracha e plástico	5,0	-1,6	-5,9	-9,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 0,4% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em novembro. Estão projetados aumentos para os VBPs de bovinos (7,6%) e ovos (1,7%), e reduções respectivas de 6,4%, 1,3% e 0,8% para os do leite, suínos e frango.

A produção da indústria gaúcha recuou 2,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto (móveis, -14,4%; veículos automotores, -12,3%), quando contraíra 3,5%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria recuou 11,0% em novembro (7,4% em agosto), com ênfase nas retrações observadas nas atividades veículos (30,2%) e máquinas e equipamentos (25,1%). A produção de celulose, papel e produtos de papel cresceu 30,4% no período, impactada pela expansão da fábrica da Celulose Riograndense.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 3,1%, neste tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). O IDI recuou 9,1% no período de doze meses encerrado em novembro.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria gaúcha atingiu 77,3% no trimestre finalizado em novembro (79,2% no encerrado em agosto), segundo dados dessazonalizados da Fiergs.

O Ipei atingiu média de 36,4 pontos no quarto trimestre de 2015, segundo a Fiergs (37,1 pontos no terceiro e 44,3 pontos em igual trimestre de 2014), indicando pessimismo dos empresários gaúchos pelo sétimo trimestre em sequência. O Ipei da indústria da construção atingiu 33,5 pontos no período, recuando 1,8 ponto no trimestre e 8,7 pontos em doze meses, ressaltando-se que a retração na margem repercutiu decréscimos respectivos de 2,3 pontos e 1,2 ponto nos componentes que avaliam as expectativas e as condições atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre, razão entre as vendas e a oferta, atingiu 9,5% no trimestre encerrado em outubro, ante 7,7% em igual período de 2014, segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (Sindicato das Indústrias da

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2015		
	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
IDI	-3,1	-1,9	-9,1
Compras industriais	-2,7	-2,7	-16,4
Faturamento	-5,5	-0,1	-11,2
Emprego industrial	-2,7	-2,8	-6,3
Horas trabalhadas	-1,6	-2,6	-8,9
Massa salarial	-3,6	-3,7	-7,7
Nuci ^{1/}	79,2	77,3	78,7

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.25 – Confiança do empresário – Rio Grande do Sul



Fontes: Fiergs e Fecomércio

Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	18 696	17 518	-6,3	-15,1
Básicos	9 828	9 313	-5,2	-20,4
Industrializados	8 868	8 205	-7,5	-10,0
Semimanufaturados	1 273	1 320	3,7	-9,0
Manufaturados ^{1/}	7 595	6 885	-9,3	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Construção Civil do Rio Grande do Sul – Sinduscon-RS). O aumento repercutiu variações de 23,3% na comercialização e de -20,4% na oferta de imóveis novos.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 6,3 mil unidades em 2015, segundo a Fenabrave. A redução de 44,6% em relação a 2014 repercutiu, em especial, a retração de 47,2% nas vendas de caminhões.

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$7,5 bilhões em 2015 (US\$3,7 bilhões em 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$17,5 bilhões e as importações, US\$10 bilhões, contraindo 6,3% e 33,0%, na ordem, no período.

A evolução das exportações refletiu variações de -19,8% nos preços e de 16,9% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos, que representaram 53,2% do total, recuaram 5,2% (milho, -72%; fumo, -15,6%; frango, -9,8%) e os de produtos manufaturados, 9,3%, apesar da exportação de uma plataforma de petróleo para a China no valor de US\$394,2 milhões, representando 5,7% das vendas da categoria no ano. As vendas de semimanufaturados aumentaram 3,7% em 2015 (pastas químicas de madeira, 136,0%).

As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 41,8% das vendas externas do estado em 2015, ressaltando-se a retração anual de 12,8% nas direcionadas aos EUA.

A redução das importações, generalizada em todas as categorias de uso, refletiu recuos de 17% no *quantum* e de 19,3% nos preços. As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários (49,1% do total) decresceram 26,1% (naftas, -39,1%; adubos e fertilizantes, -13,9%; partes e peças para veículos; -24,4%); as de bens de capital caíram 27,1% (veículos de carga, -33%); as de combustíveis, -50,4%; e as de bens de consumo, -35,8% (automóveis, -58,8%).

As compras externas provenientes da Argentina, China e EUA representaram, em conjunto, 39,8% do total importado pelo estado em 2015, com ênfase no recuo anual de 37,9% nas originárias da Argentina.

O IPCA da RMPA variou 2,60% no quarto trimestre de 2015 (1,66% no terceiro). Houve aceleração dos preços livres, de 1,70% para 2,34%, e dos monitorados, de 1,54% para 3,42% (gasolina, 9,73%; energia elétrica residencial, 2,24%).

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		Var. %
	2014	2015	
Agricultura e pecuária	4 559	4 667	2,4
Indústria de transformação ^{1/}	13 477	12 323	-8,6
Alimentos e bebidas	4 162	3 776	-9,3
Produtos químicos	2 071	1 842	-11,1
Fumo	1 867	1 557	-16,6
Máquinas e equipamentos	1 342	1 122	-16,4
Calçados e couros	1 095	953	-13,0
Veículos	753	791	5,0
Outros equipamentos de transporte ^{2/}	12	401	3241,7
Celulose, papel e prod de papel	171	352	105,8
Borracha e plástico	356	324	-9,0
Móveis e indústrias diversas	335	291	-13,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

2/ Plataformas de petróleo

Tabela 5.37 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	14 948	10 021	-33,0	-25,2
Bens de capital	3 142	2 290	-27,1	-21,2
Matérias-primas	6 660	4 923	-26,1	-21,2
Bens de consumo	1 743	1 119	-35,8	-20,6
Duráveis	1 288	706	-45,2	-26,7
Não duráveis	456	413	-9,4	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	3 403	1 688	-50,4	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	4,19	2,34	1,66	2,60
Livres	75,5	2,87	2,13	1,70	2,34
Comercializáveis	37,2	2,32	2,83	1,74	2,07
Não comercializáveis	38,3	3,40	1,46	1,65	2,60
Monitorados	24,5	8,58	2,99	1,54	3,42
Principais itens					
Alimentação	26,4	3,88	2,54	2,40	4,33
Habitação	14,7	11,40	1,64	2,44	1,84
Artigos de residência	4,7	1,39	2,65	2,80	0,78
Vestuário	6,3	-1,13	3,33	-1,19	3,06
Transportes	18,2	4,87	2,01	1,01	3,28
Saúde	11,0	1,83	3,31	2,02	1,68
Despesas pessoais	10,5	3,25	3,17	1,31	0,68
Educação	4,4	5,87	0,12	1,58	0,50
Comunicação	3,7	-1,97	0,62	0,21	2,47

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

O desempenho dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,74% para 2,07% (etanol, 27,20%; açúcares e derivados, 12,05%), e dos bens não comercializáveis, de 1,65% para 2,60% (tubérculos, 20,46%; frutas, 19,34%; alimentação fora do domicílio, 4,55%).

O índice de difusão registrou média de 59,1% no quarto trimestre de 2015 (61,0% no terceiro e 55,6% em igual período de 2014).

O IPCA da RMPA variou 11,21% em 2015 (6,78% em 2014). Ocorreram acelerações dos preços monitorados, de 6,20% para 17,44%, e dos preços livres, de 6,95% para 9,34% (comercializáveis, de 5,90% para 9,26%; não comercializáveis, de 7,99% para 9,42%).

As perspectivas para a atividade econômica do estado seguem condicionadas pelo cenário de confiança reduzida de empresários e consumidores, e impossibilidade do governo estadual atuar como indutor de investimentos, tendo em vista a crise financeira deflagrada no início de 2015. Nesse contexto, ganha relevância a perspectiva de continuidade de resultados favoráveis no setor agropecuário e, adicionalmente, os impactos da evolução da taxa de câmbio sobre o comércio exterior local.